



Ao contrário do Brasil, governo espanhol tenta barrar demissões em massa

Enquanto o governo brasileiro que não faz nada para deter milhares de demissões e fechamentos de agências bancárias, o governo espanhol dá um duro recado aos bancos do seu país e diz não tolerar demissões



ROBERTO PARIZOTTI

No Brasil, que extinguiu o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) depois do golpe de 2016, o governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL) ignora as demissões em massa como se a tragédia das famílias, o caos social e as consequências econômicas para a economia que o desemprego provoca não fossem problemas do seu governo.

Não é o que acontece em países que estão atentos aos trabalhadores e trabalhadoras, às suas condições de vida, à economia e a questão social, como a Espanha, que também sofre com os abalos econômicos provocados pela pandemia do novo coronavírus. Lá, a ministra do Trabalho, Yolanda Diaz, reagiu duramente ao

anúncio de demissões coletivas nas instituições financeiras.

“Não estamos em tempos de demissões”, disse ela, acrescentando que empresas economicamente poderosas com tanto peso na decisão política espanhola deveriam controlar e canalizar os anunciados no quadro de trabalhadores.

A reação da ministra foi logo após os bancos espanhóis anunciarem que vão fechar 1.534 escritórios e demitir 11.300 trabalhadores – 15% a 20% do quadro de funcionários das instituições financeiras. Em 2020, os bancos espanhóis demitiram quase 19 mil trabalhadores.

A fala da ministra do Trabalho espanhola em defesa dos trabalhadores não surpreende o advogado da CUT Nacional, José Eymard Loguércio, especialista em Direito Internacional pela Universidade Castilha La-Mancha, em Toledo (Espanha). Ele conta que Yolanda Diaz é oriunda do movimento sindical, mas, para ele, a resposta do governo espanhol vai mais além do que uma rixa com os bancos.

“Ao contrário do Brasil, o governo espanhol, a partir da ministra Yolanda Diaz, reforçou a negociação coletiva e o papel do diálogo, conseguindo melhorias no salário mínimo local, negociações sobre manutenção do emprego na pandemia, regulamentar o teletrabalho, entre outros direitos.

“Tudo isso foi feito numa negociação tripartite conduzida fortemente pelo Ministério do Trabalho espanhol, e agora o debate lá é sobre as demissões coletivas em alguns setores, como o bancário”, diz Eymard.

Governos de países desenvolvidos lutam por direitos dos trabalhadores

O advogado lembra que a Espanha já viveu uma transformação trabalhista, de 2008 a 2012, de retirada de direitos, que chegou ao Brasil em 2017, com a reforma de Michel Temer (MDB-SP), que retirou mais de 100 direitos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Lá como aqui, as reformas não diminuíram o desemprego, o que para Eymard deveriam ter sido utilizadas como laboratório para o Brasil, mostrando o que não funciona. Hoje a Espanha está voltando atrás em sua reforma trabalhista.

“O que a gente percebe é a importância, no momento de uma crise sanitária, com reflexos muito fortes na economia, de ter um Estado muito presente, que reforça as técnicas de negociação e diálogo social, e o Brasil vem na contramão disso”, afirma o advogado.

As experiências de outros países são muito ricas pra gente acompanhar e abrir os olhos, por que eles passaram por algumas coisas antes de nós- José Eymard Loguércio

Segundo ele, a Espanha passa também por processos políticos conturbados, mas o país conseguiu nos últimos anos montar uma frente política de centro-esquerda, com os partidos Podemos e PSOE, que se organizaram entre 2017 e 2018, antes da pandemia.

“Este agrupamento político colocou como condição a revisão das reformas trabalhistas e as duas centrais sindicais, a Comisiones Obreras (Comissões Operárias) e UGT se uniram fortemente para rever a legislação”, conta Eymard.

O mesmo processo de transformação, de retorno às origens sindicais passam os Estados Unidos. O presidente, o democrata Joe Biden, tem defendido a criação de sindicatos, especialmente na gigante do e-commerce, Amazon, ao lembrar que quem construiu o país foram os trabalhadores.

“A pandemia está fazendo os países a realizarem essa inflexão. Queriam, ou não, os capitalistas, só sairemos da crise com diálogo social e sindicatos fortes. A gente enxergar isso é perceber que o nosso buraco será cada vez mais fundo se continuarmos neste caminho”, diz Eymard, que é doutorando em Direitos Humanos, na Universidade de Brasília (UnB).

A diferença de postura dos governos brasileiro e espanhol é destacada também por Rita Berlofa, presidente da UNI Finanças Mundial, que representa mais de 3 milhões de trabalhadores bancários e de seguros, em mais de 237 sindicatos no mundo.

“Num momento de grave crise, num momento em os bancos demitem, é louvável e admirável a posição da ministra do Trabalho da Espanha, pois esta é que deve ser a posição de um governo em defesa do emprego, da economia, o que o atual governo não faz. Infelizmente, o Brasil está na contramão da história e da direção de países mais desenvolvidos. Aqui o governo ignora os trabalhadores e os banqueiros fazem a festa”, critica Rita Berlofa.

As demissões em massa nos bancos espanhóis e brasileiros

A estratégia para acumular ainda mais riqueza e promover o rentismo às custas do fechamento de postos de trabalho foi definida após a fusão dos bancos espanhóis Caixaban (terceiro banco em capitalização) e BBVA (segundo banco por capitalização), mas tanto os trabalhadores quanto o próprio governo da Espanha já avisaram que não será tão simples assim.

Os trabalhadores alertam o público em geral sobre a ameaça que a eliminação de milhares de empregos, eliminará também os serviços aos clientes dessas instituições financeiras. Eles também acusam os bancos de darem prioridade a um “escandaloso aumento nas remunerações dos dirigentes com a distribuição de bônus e dividendos aos acionistas”.

Outro banco, de Bilbao, na Espanha, propôs a demissão de 3.800 trabalhadores, 16,3% da força de trabalho de cerca de 23.300 pessoas, além do fechamento de 530 escritórios, 21,3% do total que possui.

Na conta dos trabalhadores o fechamento de 5.000 agências já no ano passado, somada as deste ano de 2021, vai impactar negativamente a vida de mais de três milhões de pessoas.

Os trabalhadores dizem ainda que os grandes bancos parecem estar fundando essa nova etapa pós-Covid com a restrição - e o aumento do preço - de seus serviços a clientes e usuários, juntamente com a eliminação em massa de empregos.

“Não é um ajuste de emprego baseado em uma situação de crise, mas uma purga de dinheiro para aumentar seus benefícios e consolidar seus ganhos”, alertam.

O advogado da CUT Nacional ressalta que os espanhóis consideram incongruente que altos executivos e acionistas recebam neste período bonificações extraordinárias enquanto eles mesmos dizem que passam por dificuldades financeiras e demitem coletivamente.

“Se estão em crise não podem distribuir bônus. Até a União Europeia (UE) recomendou expressamente a Espanha a diminuir o número de contratos temporários de seus trabalhadores, especialmente no serviço público”, afirma Eymard.

A mesma situação de demissões e fechamentos de agências acontece no Brasil. A diferença é que aqui, o governo federal não sinaliza com nenhuma proteção aos trabalhadores brasileiros dos bancos privados e ainda incentiva as demissões nos bancos públicos, ao propor a privatização dessas instituições financeiras, como a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco do Brasil (BB).

No Brasil, segundo dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) no período contado a partir do quarto trimestre de 2019 a março de 2021, quase 17 mil trabalhadores foram demitidos. No mesmo período, o banco que mais demitiu foi o Bradesco com 8.642, seguido pelo Banco do Brasil com 5.314.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS

Principais Bancos	Número de trabalhadores				Saldo	
	4tri2019	1tri2020	4tri2020	1tri2021	jan/20-mar/21	12 meses
Banco do Brasil	93.190	92.757	91.673	87.876	-5.314	-4.881
Caixa Econômica Federal	84.556	84.819	81.945	81.876	-2.680	-2.943
Bradesco	97.329	97.234	89.575	88.687	-8.642	-8.547
Itaú	81.691	82.107	83.919	84.415	2.724	2.308
Santander	47.819	47.192	44.599	44.806	-3.013	-2.386
Total	404.585	404.109	391.711	387.660	-16.925	-16.449

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos

Elaboração: DIEESE - Rede Bancários

O total de agências fechadas em todo o país chega a quase 1.800 mil desde o quarto trimestre de 2019 a março de 2021. O Bradesco foi o que mais fechou agências, no mesmo período: 1.116.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS

Principais Bancos	Número de Agências				Saldo	
	4tri2019	1tri2020	4tri2020	1tri2021	jan/20-mar/21	12 meses
Banco do Brasil	4.356	4.368	4.368	4.089	-267	-279
Caixa Econômica Federal	3.372	3.372	3.372	3.372	0	0
Bradesco	4.478	4.400	3.395	3.312	-1.166	-1.088
Itaú	3.158	3.156	3.041	3.041	-117	-115
Santander	2.328	2.259	2.153	2.119	-209	-140
Total	17.692	17.555	16.329	15.933	-1.759	-1.622

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos

Elaboração: DIEESE - Rede Bancários

Já o Banco Central, quanto a agências fechadas, informa que no ano passado foram 1.280, e de janeiro a abril de 2021 outras 474 agências deixaram de funcionar.

***Edição: Marize Muniz**

Fonte: CUT

Países não reconhecem covid como doença profissional e deixam trabalhadores desprotegidos

Segundo entidades sindicais internacionais, “os programas seguridade social e os sistemas de saúde pública quase nunca são suficientes para mitigar os impactos da pandemia”

Hedes Regis-SEI-PE/Pres. Peru/Darren Mcgee-Gov. NY



Pandemia atingiu de maneira desproporcional mulheres, negros, migrantes, trabalhadores precários e outros vulneráveis de diversos países: governos precisam ampliar políticas de proteção a suas populações

Levantamento elaborado por entidades sindicais internacionais mostra que muitos trabalhadores atingidos na pandemia ficam à margem de qualquer proteção porque seus respectivos governos não reconhecem a covid-19 como doença profissional. Até abril, estimam, 3 milhões de pessoas morreram em consequência da covid. “E 2020 foi o ano mais perigoso para muitos setores econômicos, especialmente os da saúde”, afirmam a UNI Global Union e a Confederação Sindical Internacional (CSI).

Segundo informe conjunto, a pandemia atingiu de maneira desproporcional “mulheres, negros, migrantes, trabalhadores precários e outros vulneráveis”. Muitos estão na linha de frente de combate à covid, “sub valorizados e mal remunerados”.

Sem acesso a direitos

Mas, “desafortunadamente”, ressaltam as entidades, milhões desses trabalhadores não têm acesso a direitos ou benefícios legais. Isso porque “seus governos não reconhecem

a covid-19 como uma doença profissional”. Esse tipo de enfermidade se contrai devido a fatores de risco no trabalho. “Em muitos países, se as condições de trabalho causam uma enfermidade, os trabalhadores podem receber proteção social ou benefícios vitalícios. Isto inclui pagamento de despesas médicas, salários e outros custos de saúde a longo prazo”, diz a nota.

Os sindicalistas observam que, se já é difícil comprovar a relação entre lesão e trabalho, a tarefa se mostra ainda mais desafiadora no caso de uma doença que circula na comunidade. “Em muitos desses casos, a carga probatória recai sobre os trabalhadores, que devem demonstrar a evidência médica que relacione a doença diretamente com o lugar de trabalho.”

Para tentar resolver o problema, alguns governos têm adotado políticas e normas legais específicas. Mas, ainda no caso da covid, a questão se tornou controversa. Muitos casos são, pelo menos a princípio, assintomáticos.

Políticas públicas

Assim, a melhor política seria de “posição de presunção” da doença, o que permite acesso imediato aos benefícios, mas poucos países adotam essa iniciativa. A UNI Global e a CSI analisaram políticas em 181 locais – 124 países, 37 estados americanos, 13 províncias e territórios do Canadá e sete estados da Austrália. “O que encontramos foi preocupante”, afirmam.

“Os sistemas de indenização de trabalhadores, os programas de seguridade social e os sistemas de saúde pública quase nunca são suficientes para mitigar os impactos da pandemia entre os trabalhadores”, apontam as entidades sindicais.

Segundo o levantamento, em pouco mais da metade (98) dos locais analisados se reconhece a covid-19 como doença profissional por meio de um processo regulatório. Mas apenas 6% tem “políticas de presunção” para todos os trabalhadores e 17% para os da área de saúde. As 10 áreas com melhores resultados concentram apenas 2% do total dos trabalhadores, “deixando a grande maioria com direitos e benefício limitados quanto ao impacto da covid-19”.

Apelo à OIT

O relatório aponta o Brasil como país com baixo índice de atenção ao problema. “Em uma situação mais perigosa, o governo do Brasil reconheceu a covid-19 como enfermidade profissional, mas os trabalhadores informaram que é impossível ter acesso a qualquer tipo de benefício por parte do Estado.” A Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, do Ministério da Economia, diz que, conforme o caso, a covid-19 pode ser considerada doença do trabalho. Já existem decisões judiciais nesse sentido.

“Sem o apoio necessário, os trabalhadores e suas famílias devem enfrentar, por si próprios, as enormes consequências do vírus, incluindo os impactos de longo prazo, os problemas psicológicos e sanitários e outras enfermidades cardíacas e pulmonares relacionadas”, alertam. “A OIT (Organização Internacional do Trabalho) deve atuar urgentemente para reconhecer a covid-19 como uma doença profissional. Esse reconhecimento estimularia os estados-membro a fazer o mesmo, aumentando assim a proteção social dos trabalhadores em nível mundial.”

Fonte: Vitor Nuzzi, da RBA

Fome provocada pela pandemia atinge 19 milhões de brasileiros



Foto: Agência Brasil

Dados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar em Contexto de Covid, coletados entre 5 e 24 de dezembro de 2020, mostram que 19,1 milhões de brasileiros estão em situação grave em relação ao acesso à alimentação. O número corresponde a praticamente a população da grande São Paulo.

O levantamento aponta ainda que 116,8 milhões de pessoas sofrem de insegurança alimentar no país. O índice equivale a duas vezes a população da Argentina.

Nos três meses anteriores à coleta de dados, em 55,2% dos domicílios, os habitantes conviviam com a insegurança alimentar, um aumento de 54% desde 2018 (36,7%).

A situação mais grave é entre a população que vive na extrema pobreza, principalmente mulheres chefes de família, pretas ou pardas, com baixa escolaridade e trabalho informal.

A pandemia, revela o estudo, agravou o problema da fome em todo o país, ainda que a situação seja pior na área rural e nas regiões Norte e Nordeste.

O índice de insegurança alimentar esteve acima dos 60% no Norte e dos 70% no Nordeste – enquanto o percentual nacional é de 55,2%. Já a insegurança alimentar grave (a fome), que afetou 9,0% da população brasileira como um todo, esteve presente em 18,1% dos lares do Norte e em 13,8% do Nordeste.

A região também apresentou o maior

número absoluto de pessoas em situação de insegurança alimentar grave, quase 7,7 milhões. Já no Norte, que abriga apenas 7,5% dos habitantes do Brasil, viviam 14,9% do total das pessoas com fome no país no período.

Além disso, a condição de pobreza das populações rurais, agricultores familiares, quilombolas, indígenas ou ribeirinhas, a fome se mostrou realidade em 12% dos domicílios.

Em 11,1% dos domicílios chefiados por mulheres os habitantes passavam fome, contra 7,7% quando a pessoa de referência era homem. Das residências habitadas por pessoas pretas e pardas, a fome esteve em 10,7%. Entre pessoas de cor/raça branca, esse percentual foi de 7,5%.

Câmara dos Deputados

Os dados do levantamento foram apresentados na sexta-feira (21), à Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara, convite do deputado Padre João (PT-MG). Diferentes representantes da sociedade civil teceram críticas às ações do governo federal, como a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea).

Na audiência, o representante da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia), João Dornellas, reforçou os esforços para evitar o desabastecimento durante a pandemia e responsabilizou os reajustes no valor das matérias-primas e a alta do dólar pelos aumentos.

Claudeilton Luz, do Movimento dos Pequenos Agricultores, falou sobre a diminuição do valor do auxílio emergencial. “Alimento como direito social, à vida e à dignidade da pessoa humana como centralidade do nosso Estado Democrático. E isso passa pela aprovação e pela elevação do auxílio emergencial, no mínimo de R\$ 600, que a gente já sabe que ainda é insuficiente, imagina R\$ 150, R\$ 370”, disse.

Foto: Arquivo – Agência Brasil

Fonte: Congresso em Foco

MP 1052 é mais um ataque aos bancos públicos

Mudanças propostas pelo governo Bolsonaro comprometem a sustentabilidade dos fundos constitucionais de desenvolvimento do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e, conseqüentemente, dos bancos que os administram



A Medida Provisória (MPV) 1052/2021, publicada no Diário Oficial da União no dia 19 de maio, promove uma série de mudanças nos fundos constitucionais de desenvolvimento regional do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO) que podem prejudicar a sustentabilidade destes fundos e dos bancos públicos que os administram.

“Estes fundos foram criados para contribuir com o desenvolvimento destas regiões. Sua existência visa reduzir as desigualdades regionais e isto, entre outras coisas, evita a fuga populacional para regiões mais desenvolvidas, que acabam sofrendo as conseqüências deste êxodo”, explicou o coordenador da Comissão de Funcionários do Banco da Amazônia, Sergio Trindade.

O Banco da Amazônia (Basa) é quem administra os recursos do FNO. “As regiões que são beneficiadas pelos fundos constitucionais saem perdendo, mas o Sudeste e o Sul também são afetados pelo aumento da demanda por serviços sociais. Ou seja, são mudanças que prejudicam o país como um todo. Não podem ser impostas por uma Medida Provisória sem que haja amplo debate pelo Congresso Nacional e por toda a sociedade sem ao menos se apresentar um estudo detalhado dos impactos que serão causados”, completou.

As mudanças impostas pela MP 1052/2021 visam a redução da taxa de administração cobrada pelos bancos. Com isso, as instituições deixam de ter uma fonte de recursos para os empréstimos regionais que concedem e, além disso, não terão como arcarem com os riscos

destes empréstimos. “Essa medida inviabiliza por completo a administração do FNE que requer a manutenção de quadros técnicos especializados e rede de agências minimamente distribuída por toda região para a prospecção e realização de negócios de pequeno, médio e grande portes, necessários ao crescimento da economia nordestina”, afirmou o coordenador da Comissão dos Funcionários do BNB, Tomaz de Aquino.

No Banco do Nordeste, por exemplo, 64,5% dos empréstimos concedidos em 2020 foram com recursos do FNE, a uma taxa de 3% a 6% (3% quando o banco assume 50% dos riscos e de 6% quando assume o risco sozinho), o que gerou uma receita Del Credere (que é o que a MP pretende alterar) de R\$ 1,95 bi. No Basa, 85,5% das operações de empréstimos são com recursos do FNO, com taxa de 2%, o que gerou uma receita aproximada de R\$ 767 milhões. Com a MP 1052/2021, a taxa de administração passaria para 1% em julho deste ano, e perderia 0,1% a cada ano, até alcançar o patamar de 0,5%, em 2026. E os bancos assumem todo o risco.

“Nossa luta foi e sempre será pelo aumento no aporte de recursos para os bancos federais desempenharem o seu papel de indutores do desenvolvimento e responsáveis pela atenuação das desigualdades econômicas regionais. Esse pensamento inclui o fortalecimento dos bancos gestores dos fundos constitucionais garantindo-lhes remuneração compatível com a importante missão que desempenham. Não aceitaremos qualquer redução nas taxas de administração e de crédito do BNB, Basa e BB”, afirmou o representante dos funcionários do BNB.

“A primeira coisa a se dizer é que os empréstimos concedidos com recursos dos fundos constitucionais têm taxas muito mais baixas do que as do mercado. Escondido atrás deste ‘benefício’ de redução do custo da taxa de administração está o fim do banco público que oferece estes empréstimos a custos mais baixos. Então, o que parece ser um benefício é, na verdade, a isca para uma armadilha”, explicou o representante dos funcionários do Basa.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

Em defesa dos bancos públicos

A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e as associações de funcionários dos bancos estão se articulando para derrubar a MP. “Estamos procurando os deputados e senadores para mostrar a eles os prejuízos que esta Medida Provisória pode causar ao país e, especificamente, às regiões menos desenvolvidas”, disse o secretário de Relações do Trabalho da Contraf-CUT, Jeferson Meira, o Jefão, que é o responsável pelo acompanhamento das propostas em tramitação no Congresso que possam interferir na vida dos trabalhadores. “Deputados e senadores do Nordeste, Norte e Centro-Oeste que votarem a favor desta MP estarão votando contra o povo que os elegeu. Os das demais regiões estarão assumindo as consequências dos problemas sociais que podem ser causados à suas regiões devido à falta de investimento nas menos desenvolvidas”, completou.

Até sexta-feira (21), já haviam sido apresentadas 97 emendas à Medida Provisória 1052/2021. “Os deputados e senadores viram os prejuízos que esta emenda causa ao país e estão reagindo a ela. O povo também pode reagir, seja pela pressão sobre seus representantes seja mostrando sua contrariedade à proposta na consulta feita pelo Senado no portal e-Cidadania”, disse Jefão. “Basta acessar o site e dizer que ‘Não’ apoia a proposta”, concluiu.

O Sindicato dos Bancários do Pará realiza nesta segunda-feira (24), a partir das 19h, uma reunião com os funcionários do Basa para tratar do assunto. O estado abriga 50% dos funcionários do banco.

Fonte: CONTRAF

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF